

Relatório da Administração

Srs. Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são

consueta e aprovada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2022 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos via repasse de FINAME a partir do primeiro semestre de

	2022	2021
Ativos Totais	595.391	441.652
Carteira de Crédito	535.391	373.455
Resultado do Exercício	3.128	579
Patrimônio Líquido	80.555	77.427
Índice de Basileia II	13,17%	18,30%

Remuneração de acionistas: Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.
São Paulo, 29 de março de 2023

Ativo	Balancos Patrimoniais		
	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	17.651	11.377
Instrumentos financeiros - ativos		529.343	376.529
Carteira de crédito		528.346	365.698
Operações de arrendamento mercantil	6a	301.603	297.209
Operações de crédito	6a	233.788	76.246
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(7.045)	(7.757)
Outros ativos financeiros	8	997	10.831
Ativos fiscais	16a	48.083	53.283
Ativos tributários correntes		5.427	4.391
Ativos fiscais diferidos		42.656	48.892
Imobilizado de uso	9	108	168
Bens de uso próprio		696	696
Depreciações acumuladas		(588)	(528)
Outros ativos	10	206	295
Total do ativo		595.391	441.652

Passivo	Balancos Patrimoniais		
	Nota	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		463.231	300.978
Depósitos Interfinanceiros	11	179.251	49.121
Obrigações por empréstimos	12	278.950	235.489
Instrumentos financeiros derivativos	5b	579	254
Outros passivos financeiros	13	4.451	16.114
Passivos fiscais	16b	48.156	60.688
Passivos tributários correntes		14.888	10.294
Obrigações fiscais diferidas		33.268	50.394
Outros passivos	14	3.449	2.559
Patrimônio líquido	15	80.555	77.427
Capital social		64.247	64.247
Reservas de lucros		16.308	13.180
Total do passivo e patrimônio líquido		595.391	441.652

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva esta-tutária		
Saldos em 31 de dezembro 2020	64.247	630	11.971		76.848
Lucro líquido do exercício	-	-	-	579	579
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	29	-	(29)	-
Reserva de lucros	-	-	550	(550)	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	64.247	659	12.521		77.427
Saldos em 31 de dezembro 2021	64.247	659	12.521		77.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.128	3.128
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	156	-	(156)	-
Reserva de lucros	-	-	2.972	(2.972)	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	64.247	815	15.493		80.555
Saldos em 30 de junho 2022	64.247	659	12.176		77.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.473	3.473
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	156	-	(156)	-
Reserva de lucros	-	-	3.317	(3.317)	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	64.247	815	15.493		80.555

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Em 12 de agosto de 2020, o Banco emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram aprovadas pela administração em 29 de março de 2023. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) Resolução CMN nº 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB nº 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif). (ii) Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB nº 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido. (iii) Resolução CMN nº 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB nº 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente. (iv) Resolução CMN nº 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial. (v) Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB nº 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis. (vi) Resolução CMN nº 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN nº 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. (vii) Resolução BCB nº 48 de 10/12/20 (Revoga a Circular nº 3.365/2007 e altera a Circular nº 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB. (viii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, os artigos 24, 66, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1º de janeiro de 2025, os demais dispositivos. (ix) Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR). (x) Resolução CMN nº 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). (xi) Resolução CMN nº 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. (xii) Resolução BCB nº 111 de 6/7/21 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que trata a Resolução revogada nº 4.193. Vigentes a partir de 1º de julho de 2022 e 1º de dezembro de 2022: (xiii) Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. (xiv) Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PR SAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observada pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. (xv) Resolução BCB nº 235, de 27/07/22, altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil. Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: (i) Resolução BCB nº 151 de 06/10/21 Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021. (ii) Resolução BCB nº 139 de 15/09/21 Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC). (iii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A administração optou pela não adoção antecedente no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais. A Resolução CMN nº 4.966 define o tratamento contábil aplicável a instrumentos financeiros e novos critérios para designação e reconhecimento de operações de hedge e deverá ser aplicada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025. A nova norma substituirá as Resoluções nº 2.682 e 3.533 e Circulares nº 3.068 e 3.082. A nova norma determina que todos os ativos financeiros dever ser classificados conforme o modelo de negócio e em três opções de categoria: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. A avaliação de efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme estratégia de Gerenciamento de Risco. A provisão para perdas de crédito passou a ser aplicável a todos os ativos financeiros e deve ter três estágios que serão definidos no reconhecimento inicial do instrumento. Alguns

aspectos da Resolução nº 4.966 ainda serão objeto de normas complementares do Banco Central do Brasil (Bacen) para seu maior detalhamento. Ainda carecem de regulamentação específica a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros e detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. O plano de implementação determinado pela Resolução nº 5.019 já foi produzido e aprovado pela Administração. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados. Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata die" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08. **d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **e. Disponibilidades:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **Mensuração do valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **f. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "hedge" (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de Risco de Mercado** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período. **Hedge de Fluxo de Caixa** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **g. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. **h. Operações de crédito e arrendamento mercantil:** As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para

Demonstrações dos Resultados				
	Nota	2022		2021
		2º Semestre		
Receitas da intermediação financeira		31.208	44.950	35.729
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	31.197	44.926	35.694
Resultado com aplicações inter-financeiras de liquidez	18b	11	24	35
Despesas de intermediação financeira		(21.916)	(27.140)	(16.305)
Despesa de captação	18c	(24.390)	(29.342)	(16.051)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18d	2.474	2.202	(254)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.292	17.810	19.424
Provisões		(38)	(699)	(5.260)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(38)	(699)	(5.260)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.690)	(11.238)	(11.810)
Receita de prestação de serviços	18e	1.777	3.805	3.438
Despesa com pessoal	18f	(5.776)	(11.760)	(9.443)
Outras despesas administrativas	18g	(3.586)	(6.418)	(4.695)
Despesas tributárias	18h	(1.951)	(5.031)	(5.936)
Outras despesas operacionais		(303)	(418)	(288)
Outras receitas operacionais	18i	7.149	8.584	5.114
Resultado operacional		6.564	5.873	2.354
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		6.564	5.873	2.354
Tributos sobre o lucro		(3.091)	(2.745)	(1.775)
Imposto de renda	16c	(3.991)	(7.576)	(3.340)
Contribuição social	16c	(3.506)	(6.059)	(3.364)
IR passivo diferido	16c	7.295	17.126	4.980
Ativo fiscal diferido	16c	(2.889)	(6.236)	(51)
Lucro líquido do semestre/exercícios		3.473	3.128	579
Número de ações	15	64.246.986	64.246.986	64.246.986
Lucro por ação		0,05406	0,04869	0,00901

Demonstração do Resultado Abrangente				
	2º Semestre	2022		2021
		Exercício	Exercício	
Resultado líquido do semestre/exercícios		3.473	3.128	579
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		-	-	-
Resultado abrangente		3.473	3.128	579

resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i. Imobilizado de uso:** O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo. **j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia. As captações que são objeto de hedge de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o

Indexador	5. Instrumentos Financeiros Derivativos: a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos:				
	Valor de referência	31/12/2022		31/12/2021	
		Diferencial a pagar/ Valor de mercado	Valor contábil	Posição líquida	Passivo
Euro x Pré	39.857	610	1.436	(2.015)	(579)
SWAP					(254)

e prazo: Modalidade	Parcelas a vencer			
	até 3 meses	entre 3 e 12 meses	Parcelas a vencer acima de 12 meses	Parcelas a vencer acima de 12 meses
Arrendamento mercantil (vide nota 6b)	2.190	36.293	73.465	189.655
Operações de crédito - CCB	744	22.352	37.258	165.874
Operações de crédito - FINAME	-	165	989	6.406
Total	2.934	58.810	111.712	361.935

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:					
Setor privado	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2021
	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer	
Indústria	676	31.676	68.565	238.489	339.406
Comércio	194	2.939	3.213	12.342	18.688
Serviços	2.064	24.195	39.934	111.104	177.297
Total	2.934	58.810	111.712	361.935	535.391

|--|--|--|--|--|--|

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.					
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento financeiro	301.603	297.209	Superveniência de depreciação	88.479	119.289
Arrendamentos a receber	286.671	297.976	Credores por antecipação de VRG	(198.597)	(223.195)
Rendas a apropriar de			Amortização acumulada - Perdas		
Arrendamento mercantil	(285.372)	(276.445)	de arrendamento	(4.525)	(1.130)
Valores residuais a realizar	75.943	70.525	Perdas em arrendamento a amortizar	19.879	8.433
Valores residuais a balancear	(75.943)	(70.525)	Insuficiência de depreciações -		
Imobilizado de arrendamento -			Perdas de arrendamento	(15.354)	(7.303)
Bens arrendados	624.877	606.767	Total da carteira de arrendamento	301.603	297.209
Imobilizado de arrendamento -					
Depreciação acumulada	(214.455)	(207.183)			

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e equipamentos	395.214	(111.960)	283.254	356.132	(92.678)	263.454
Veículos	229.663	(102.495)	127.168	250.635	(114.505)	136.130
Superveniência de depreciação	-	-	88.479	-	-	119.289
Insuficiência de depreciação em perdas em arrendamento depreciação	-	-	(15.354)	-	-	(7.303)
Perdas em arrendamento a amortizar	19.879	(4.525)	15.354	8.433	(1.130)	7.303
Total	644.756	(218.980)	498.901	615.200	(208.313)	518.873

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e equipamentos	191.082	(111.960)	79.122	191.082	(111.960)	79.122
Veículos e afins	110.521	(102.495)	8.026	110.521	(102.495)	8.026
Total	301.603	(214.455)	87.148	301.603	(214.455)	87.148

7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão	Valor Presente	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor da Carteira	Provisão	Valor da Carteira	Provisão
AA	0,0%	197.372	-	167.668	-	-
A	0,5%	298.577	1.493	160.081	800	110
B	1,0%	6.319	63	10.973	110	110
C	3,0%	3.038	91	3.269	98	98
D	10,0%	26.944	2.694	23.854	2.385	2.385
E	30,0%	555	167	3.185	956	956

9. Imobilizado de uso:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Contábil
Móveis e equipamentos	26	(17)	9	26	(14)	12
Equipamentos de informática	381	(282)	99	381	(225)	156
Software	289	(289)	-	289	(289)	-
Total	696	(588)	108	696	(528)	168

10. Outros ativos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Comissões a receber	96	-
Locadora DL do Brasil - reembolso despesas compartilhadas	-	86
Antecipação de férias	-	9
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Serviços prestados a receber	-	127
Parcela de obrigações por empréstimos a baixar	52	-
Diferença de ptax a receber	40	47
Outros	18	26
Total	206	295
Curto Prazo	206	295

11. Depósitos Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos				
Interfinanceiros	26.031	78.094	75.126	179.251
Total	26.031	78.094	75.126	179.251

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,43% a.a. (9,60% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em novembro 2027 (novembro de 2025 em 31/12/2021).

12. Obrigações por empréstimos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Empréstimos - no país (a)	16.765	50.296	106.354	173.415
Empréstimos - No exterior (b)	8.768	26.304	71.267	106.339
Marcação a mercado objeto de hedge (vide nota 5b)	(804)	-	-	(804)
Total	24.729	76.600	177.621	278.950

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,28% a.a. (9,50% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em junho de 2028 (dezembro de 2026 em 31/12/2021).

As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,40% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2021), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2021). (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em novembro de 2027 (dezembro de 2026 em 31/12/2021).

13. Outros passivos financeiros:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de arrendamento mercantil	1.131	11.062
Adiantamento de clientes de contratos de Arrendamento Mercantil (a)	3.320	5.052
Total	4.451	16.114
Curto Prazo	4.451	16.114

(a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14. Outros passivos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com pessoal	3.238	2.186
Serviços de terceiros	211	102
Pagamento a processar	-	271
Total	3.449	2.559
Curto Prazo	3.449	2.559

15. Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo em 31/12/2021	Consti-tuição Reversão	Saldo em 30/06/2022	Consti-tuição Reversão
Créditos tributários				
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	44.189	- 3.626	40.563	- 7.657
Prejuízo fiscal	-	466	-	2.941
Base negativa de contribuição social	-	386	-	3.366
Provisões associadas ao risco de crédito	3.833	- 679	3.154	343
Provisões passivas	724	126	850	- 439
Marcação a mercado	146	- 20	126	409
Total	48.892	978	45.545	5.207

2022 2021

Impos- Contri- Impos- Contri- de buição de buição

Renda Social Renda Social

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (679) (679) 143 143

Outras adições não temporárias 134 134 75 75

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito 12 12 5.260 5.260

Base de cálculo (prejuízo fiscal) 44.261 44.261 19.224 19.224

Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (13.278) (13.278) (5.767) (5.767)

Base tributária 30.893 30.893 13.457 13.457

Imposto de Renda e Contribuição Social 7.722 6.506 3.340 3.364

Corrente

Resultado antes da tributação sobre o Lucro

5.873 5.873 2.354 2.354

Exclusão da superveniência de depreciação

38.861 38.861 11.068 11.068

Resultado não realizado

de derivativos 60 60 324 324

Outras adições temporárias (